

## Editorial

General  
José Luiz Pinto Ramalho



Nesta edição da *Revista Militar* é publicado um texto apresentado na Conferência Internacional da Armed Forces Communications and Electronics Association (AFCEA), a MILTEC 19, sobre a inovação tecnológica, a sua aplicação aos instrumentos militares e os desafios do seu emprego operacional. Nessa conferência foi possível conhecer alguns dos objetivos da investigação e desenvolvimento nos grandes atores da cena internacional e algumas das prospetivas estratégicas, relativas quer aos novos espaços de aplicação do poder, o espaço e o cyber-espaço quer aos novos sistemas de armas que poderão vir a tornar-se disponíveis.

Nestes domínios e retomando a afirmação do Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, no Pentágono, em 17 de janeiro, p.p., de que “temos de garantir que as nossas capacidades de defesa não têm rival”, importa que se analise o documento produzido (no mesmo mês), pelos EUA, a National Defense Strategy (NDS), em que claramente é referido que as forças armadas americanas dedicaram os últimos anos a lutar contra o terrorismo e em operações de contra-insurreição, deixando degradar capacidades militares necessárias a um planeamento de longo prazo, relativo a uma competição estratégica com atores como a Rússia ou a China explicitamente referidos no documento em apreço.

Dessa análise, é possível extrair três grandes prioridades para a inovação e para o desenvolvimento de novas capacidades, para darem resposta à intenção estratégica manifestada no documento e que têm em vista uma nova conceção de conflito aberto no futuro, a sua arquitectura e que tecnologias poderão estar presentes no campo de batalha, assim como que plataformas e que novos sistemas de armas serão utilizados.

Uma primeira prioridade para as forças armadas americanas passa pelo seu “rearmamento”, com os sistemas de armas de que necessitam para um novo ambiente operacional muito exigente, em que a capacidade para atuar com “muitíssima rapidez” e “a enormes distâncias” implicam a necessidade de mísseis hipersónicos e de uma rede ainda mais densa de satélites, capaz de fornecer informação diversificada e oportuna aos

sistemas de armas “high tech”, objectivo a atingir, não em décadas mas sim em anos. Paralelamente, o investimento vai também para a modernização das plataformas pesadas, quer terrestres quer navais, como sejam os submarinos Classe Virgínia, assim como para os grandes bombardeiros, como o novo B-21, fazendo coexistir essas capacidades com veículos não tripulados também terrestres, aéreos e navais, mais ligeiros e capazes de saturar os teatros de operações onde tiverem de atuar.

A segunda prioridade diz respeito à organização das unidades combatentes de escalão brigada e batalhão, que devem dispor de capacidades especiais ofensivas no domínio do electrónico, cyber e espacial, assim como o treino a ministrar às tropas passar a incluir a defesa e resposta a ataques aéreos e bioquímicos, tendo o treino básico das tropas sido aumentado de catorze para vinte e duas semanas.

A terceira prioridade clarifica que o esforço estratégico atual americano se situa no espaço Indico-Pacífico e num conceito diferente do passado, quer relativamente à projecção de forças quer ao seu pré-posicionamento, para uma nova visão de transferência de forças, a Dynamic Force Employment (DFE), capaz de fazer circular rapidamente capacidades militares de qualquer tipo, para qualquer região do globo. Paralelamente orienta a investigação, o desenvolvimento e o esforço orçamental para as novas tecnologias, que considera críticas, ligadas aos veículos não tripulados e à robotização, à inteligência artificial, aos mísseis hipersónicos, às cyber ferramentas e à utilização do espaço e dos satélites.

Parece assim ser prudente que os Estados-Maiors e os Ministérios da Defesa se voltem a preocupar com os verdadeiros objetivos operacionais e sistemas de armas necessários ao Sistema de Forças Nacional, perceber que o novo ambiente operacional já não considera apenas as operações de apoio à paz e a assistência humanitária ou as operações de apoio às catástrofes, que os sistemas de armas já ultrapassaram a perceção da necessidade de capacidades apenas ligeiras e que as novas tecnologias de informação global não podem ser encaradas de forma despicienda e que continua a haver uma missão táctica muito importante para os escalões brigada e batalhão.

A realidade da evolução estratégica mundial e a atitude dos principais actores da cena internacional aponta para um ambiente estratégico mais desafiante, potencialmente mais exigente do ponto de vista operacional, indesejavelmente mais instável, fruto de uma corrente armamentista, disfarçada numa evolução de capacidades tecnológicas, mas que, em última análise, servem a estratégia militar.

Parece ser igualmente evidente do ponto de vista estratégico que a Europa e os europeus estão cada vez mais entregues a si próprios, a terem de tomar consciência de que terão a ser eles a resolver os seus problemas de segurança e que, para um país com a dimensão estratégica nacional, a importância de ter presente que, se deixar de ter capacidade militar para participar em formações multinacionais militares no futuro, nos grandes acontecimentos da segurança internacional, deixará certamente de ser coautor das decisões políticas nesse domínio e passará a ser um país dispensável nas Alianças e Organizações Internacionais em que Portugal se insere.